



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Lágrimas que vertem do solo: lutos e supressões nas disputas da memória em torno de mais uma vala sul-americana (Bairro de Perus, São Paulo, 1990 - 1993).

Roger Camacho Barrero Jr.¹

Resumo: Em setembro de 1990 uma vala oculta fora descoberta em um cemitério latino-americano, aqui no caso, do extremo norte da cidade de São Paulo, mas não era um caso isolado. Assim como em outros países do Cone Sul, não se tratava de um local para depósito de restos mortais não reclamados, mas gerava desconfiância devido às suspeitas levantadas por pesquisadores e jornalistas. Esse fato trouxe à tona uma disputa, presente desde o início da abertura política brasileira, entre os que queriam enquadrar o regime civil militar pela ótica de suas vítimas e aqueles que visavam suprimir fatos a fim de inocentar possíveis algozes. Partindo disso, este artigo tem por objetivo analisar as disputas de memória trazidas à tona pela descoberta da vala. Nos delimitamos na gestão Erundina na Prefeitura de São Paulo, devido ao enfoque dado por esta a medidas de ressignificação do regime autoritário. Como fontes, utilizamos matérias de jornal, discursos oficiais e o relatório desenvolvido pelo Instituto Macuco sobre a vala de Perus.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar; Memória; Vala Comum

Abstract: In September, 1990 a secret grave was found out in a latin-american cementery, here in case, on São Paulo city far north zone, but it is not the only case. Like in another Southern Cone countries, it is not a place to deposit of not required human remains, but generate mistrusts because of rising suspects os researchers and journalists in earlier years. This fact has brought up a struggle, presents since Brazilian political opening, between who wanted frame the civil-military regime on victims viewpoint and who wanted suppress facts for innocents probably criminals. From this questions, this article has the aim to anlyse the memory disputes brought up by grave's discovery. We were focused our article during Luiza Erundina municipal government in São Paulo prefecture, because of the focus that it gived to resignify the authoritarian regime. As historical source, we have used journal articles, oficial speeches and report material developed by Instituto Macuco about Perus grave.

Key-words: Civil-militar Dictatorship; Memory; Common Grave

Introdução

(...) a defesa da causa da Verdade e da Justiça são um imperativo histórico e condição para que o processo de redemocratização do país se conclua. (Luíza Erundina. Instituto Macuco, 2012: 22)

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: r.cb.j@hotmail.com

Com a emergência das vozes e memórias de pessoas reprimidas durante o regime civil-militar brasileiro (1964 – 1985), veio à tona uma série de disputas entre a narrativa dessas pessoas e daqueles que haviam participado, direta ou indiretamente, da repressão. Esse processo não era isolado, mas estava relacionado com uma série de outros fatores advindos da América do Sul e das mudanças políticas, econômicas e sociais presentes no continente. Esses agentes, antes silenciados, começavam a conquistar espaços não apenas nos debates do momento, mas também nas esferas de poder e governo, antes ocupados pelos seus opressores.

Tal inserção fortaleceu e deu legitimidade às falas daqueles que almejavam serem ouvidos, trazendo consigo suas experiências, perspectivas e memórias acerca do regime anterior. Pensando nisso, é importante partir do conceito de memória para analisar como essa disputa se desenvolveu após a descoberta de uma vala de São Paulo, atentando para suas relações com outros fatos internos e externos à metrópole. Dessa forma, nos limitaremos a tratar aprofundadamente do período da gestão de Luíza Erundina, visto que se colocou como representante dessas vozes emergentes. Também, não podemos esquecer a preocupação de sua gestão em dar apoio a essas pessoas e suas medidas para reenquadrar as narrativas acerca da ditadura, bem como ressignificar datas e locais de memória, momento no qual houve a descoberta da vala, fomentando a sua visibilidade.

Sendo assim, quando pensamos em memória, uma das primeiras coisas que vem à mente são os sentimentos humanos e as lembranças daquelas experiências que desejamos trazer para o presente, com as quais construímos nossas identidades. Por outro lado, aquilo que articulamos mentalmente nem sempre é algo leve ou feliz, mas acaba interferindo em nossas narrativas. Pensando nisso, Alessandro Portelli (1996) explicou que a memória não pode ser observada como um repositório de fatos e dados, mas como um processo contínuo de reformulação e ressignificação. Já o professor Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) atentara para seus usos e abusos, escrevendo que existem experiências vergonhosas ou mesmo proibidas (seja em nível de tabu coletivo ou mesmo de regulação política).

Partindo de uma perspectiva semelhante, Elizabeth Anstett (2011) atenta para silêncios causados por resquícios do medo da perseguição estatal, mas também para o luto das famílias e para a tentativa delas de expor locais antes encobertos. Tais problemas viriam de conflitos oriundos da vergonha, da culpa e da dor, atingindo algozes e vítimas. Enquanto isso, ao pensar o caso russo, Tatiana Zhurzhenko (2012) disse que, por meio de interesses específicos, o governo reformulava narrativas do passado, trazendo à tona discursos de cunho nacionalista e omitindo fatos, para enfatizar aqueles definidos como positivos. Tais abusos da memória, bem como traumas e tabus, também podem ser pensados (dentro das suas especificidades

temporais, políticas e sociais) em casos como as ditaduras militares na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, como na Argentina, no Chile, na Bolívia, no Paraguai, entre outros (SILVA, 2003, p. 245).

Em cada caso, o processo foi diferente com relação ao passado autoritário e às vítimas da repressão e da tortura. No Brasil, com as políticas de abertura iniciadas na segunda metade dos anos 1970 e os acordos realizados entre os militares após 1979², os ex-governantes tentaram anistiar não apenas presos políticos, mas também aqueles que reprimiram, além de manter no poder sujeitos já presentes no sistema anterior (SILVA, 2003, p. 273). Mesmo assim, o sentimento de desgaste fomentado pela recessão econômica dos anos 1980 e o fortalecimento político daqueles que antes foram vítimas, trouxe à tona uma série de debates em torno da repressão, da culpabilização dos responsáveis e da exposição pública dos crimes da ditadura, o que continuou a ser amenizado no governo de José Sarney (1985 – 1990).

Em uma esfera menor, mais especificamente na cidade de São Paulo, a oposição ao regime vinha conquistando a prefeitura desde 1980, porém com nomes que acabavam também conciliando os grupos opostos e tentando arrefecer o debate. Porém, em 1988, houve uma ruptura com a entrada de uma militante de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) na gestão municipal: Luíza Erundina de Sousa. Reprimida dentro do movimento estudantil e sindical, a nova prefeita possuía uma relação turbulenta com aqueles que participaram em diferentes níveis do regime autoritário (BIMBI, 1996).

O período ainda era de efervescência das memórias daqueles que retornaram dos exílios ou saíram da prisão em 1979. O ano já era 1988, mas a Assembleia Constituinte recém-encerrada evocara o debate público em torno de direitos políticos e liberdades individuais cerceadas durante o regime civil-militar, trazendo à tona experiências de suas vítimas.

Assim, em um campo de crise de regimes autoritários na América do Sul, que auxiliou na emergência das narrativas subterrâneas (POLLAK, 1989), pensando na história da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira entre 1985 e 1990 (pós-abertura), este texto tratará dos conflitos, narrativas e memórias evocadas após a descoberta de uma vala comum clandestina na cidade de São Paulo. Em um período de fortalecimento das vozes e relatos que

² Aqui definimos a abertura política no Brasil como o período pós-anistia (1979), tendo seu ápice na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Mesmo assim, não tomamos esse processo como obra exclusiva do governo federal, mas fruto das pressões internas e externas de militantes e movimentos sociais rearticulados na segunda metade da década de 1970 (SILVA, 2003). Dentre esses sujeitos, consideramos aqueles presentes nos grupos de trabalhadores articulados em torno do chamado novo sindicalismo (RODRIGUES, 1997; OLIVEIRA, 2011), nas Comunidades Eclesiais de Base (LÖWY, 2007), em grupos de esquerda recém-fundados e movimentos reivindicativos por direitos humanos e cidadania, entre outros.

denunciavam a repressão e da gestão de conflitos narrativos com os militares (MARTINS FILHO, 2003), ainda tocaremos nas tensões entre a memória apoiada pela gestão municipal de São Paulo, construída por grupos e movimentos sociais, familiares e vítimas, e aquela articulada por militares e sujeitos próximos a eles, a qual tentava amenizar seus crimes por meio da ideia de reconciliação, reverberando na fala de governantes estaduais e federais.

Vozes que emergiam do silêncio: antecedentes e descobertas

Como dito anteriormente, regimes de exceção na América do Sul passavam por crises de credibilidade durante a década de 1980. Como nos mostra Francisco Teixeira da Silva (2003, p. 271), para além de uma mudança nas relações com os Estados Unidos no final dos anos 1970, as crises econômicas e a pressão externa por demandas de direitos humanos fomentaram esse desgaste. Na Argentina, os militares deixaram abruptamente o poder em 1983 e no Chile o regime autoritário era denunciado dentro e fora do país andino, vindo a terminar por meio de uma série de concessões, mas também de punições aos responsáveis no início de 1990 (SILVA, 2003, p. 272). Nesse processo, fortaleciam-se movimentos sociais que buscavam tanto direitos quanto reparações aos presos e familiares de mortos e desaparecidos. Tais grupos, não apenas no Brasil, tiveram o apoio e a participação de líderes religiosos católicos vinculados a vertentes menos conservadoras da Igreja, os quais contribuíram para impulsionar ou legitimar denúncias.³

Ocultadas por um discurso oficial defendido pelo Estado, vinham à superfície memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que, abafadas pela repressão, ganhavam espaço entre diferentes setores sociais, as quais suscitavam o ponto de vista daqueles que sofreram algum tipo de repressão ou de seus amigos e familiares que, na impossibilidade do luto pela falta de um corpo físico, buscavam dar visibilidade à sua dor. Cada caso teve um envolvimento específico de sua população com o apoio a essas vozes, bem como com a apuração posterior dos crimes e responsabilidades daqueles que antes detinham a narrativa dos fatos.

³ Para pensar a atuação de setores da Igreja na oposição aos regimes militares da América do Sul podemos citar o artigo de Ana Beatriz Araújo e Marrielle Ferreira (2015) *Mobilização Católica e a Proteção aos Direitos Humanos na América do Sul: as ditaduras e a redemocratização no Brasil, Argentina e Chile* ou ainda o trabalho de Michael Löwy (2007) *Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias*.

Na Argentina, após o desgaste gerado pela derrota na Guerra das Malvinas⁴ em 1982, o governo democraticamente eleito de Raúl Alfonsín (1983 – 1989) deu fomento para a criação de Comissões e grupos para apuração e responsabilização de crimes cometidos no período autoritário (CRENZEL, 2005; OLMO e PUERTO, 2008). Em 1984, a recém fundada *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) denunciava a existência de valas clandestinas em cemitérios de diferentes pontos do país, por meio do relatório intitulado *Nunca Más*, o que auxiliou, no mesmo ano, na divulgação de denúncias quanto a um necrotério em Córdoba em 1980, denunciando assassinatos em massa (CRENZEL, 2005, p. 43 – 44). O conteúdo da carta, juntamente com os relatos desses sujeitos, auxiliou na descoberta de uma grande vala comum no Cemitério San Vicente, nessa mesma região (CRENZEL, 2005).

No Chile, a descoberta de valas já ocorria desde 1978, como a abertura de uma fossa em Loquién, norte do país (MADARIAGA e BRINKMANN, 2006). Em um período ainda sob regime de exceção, o governo chileno destruía tais provas incinerando-as ou despejando-as em valas comuns. Contudo, a repercussão desses fatos não podia ser negada pelo regime, o qual visava com tal abuso gerir a memória acerca de seus atos (TODOROV, 2000). Após a saída dos militares, a busca por desaparecidos levou movimentos sociais e de familiares ao entorno de um campo de prisioneiros em Piságua. Com base em relatos locais e na localização do terreno, em julho de 1990, o *hallazgo* de uma vala com 21 corpos gerou comoção não pelo número de vítimas, mas devido ao estado de preservação de seus corpos. A partir disso, a busca por outras valas ainda fez mais descobertas (MADARIAGA e BRINKMANN, 2006).

No Brasil, os militares realizavam uma transição mais amena que alguns de seus vizinhos ao sul (SILVA, 2003, p. 271). Com a possibilidade de expressar posicionamentos e denúncias ao regime anterior com mais segurança, movimentos e grupos sociais surgidos no final da década de 1970 ganharam força e passaram a denunciar crimes cometidos por agentes vinculados a órgãos de repressão. Nesse campo de possibilidades⁵, o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, decidiu publicar o livro *Brasil: Nunca Mais* (1985), fruto de uma pesquisa realizada sob sigilo por um grupo de especialistas (dentre os quais jornalistas, expresos políticos e historiadores) entre 1979 e 1985. A pesquisa reunira 707 processos de

⁴ A Guerra das Malvinas se desenvolveu entre abril e junho de 1982 entre a Argentina e a Grã-Bretanha pela disputa da soberania das Ilhas Malvinas (Falklands, para os ingleses). De acordo com Luiz Alberto Moniz (2012), para além da busca de apoio popular por meio de uma retórica nacionalista, o argumento da existência de petróleo na região mobilizou os militares argentinos para a tentativa de retomar as ilhas.

⁵ De acordo com o antropólogo Gilberto Velho (2003, p. 40) o campo de possibilidades seria a conjuntura sócio-cultural, espacialmente e temporalmente delimitada, na qual os indivíduos construiriam e metamorfoseariam, juntamente com o contato com outras pessoas, seus projetos pessoais.

Tribunais Militares, os quais detalhavam métodos de repressão e tortura, além de apresentar nomes de vítimas e algozes. Com base nesses dados, foi elaborado um relatório que deu origem ao livro, o qual além de expor os crimes ali contidos, listava em ordem alfabética o nome de 125 pessoas desaparecidas (TELES, 2015). Dentre seus objetivos, fora destacado que:

Desde os seus primeiros passos, em agosto de 1979, até sua conclusão em março de 1985, o Projeto de Pesquisa Brasil: Nunca Mais não tem outro objetivo que não seja o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente. Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. (...) O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. (ARNS, 2011, p. 27)

A emergência dessa narrativa era fruto da crise do regime e da associação entre religiosos, opositores e movimentos sociais, o que auxiliara no início a publicação da pesquisa, contrariando os argumentos dos militares, que justificavam suas ações enquadrando suas memórias no crescimento econômico e na proteção contra o comunismo⁶. Segundo Janaína Teles (2015, p. 194), o livro fora instrumentalizado dentro de universidades e escolas, favorecendo a constituição de uma consciência coletiva acerca da política repressiva e também do reconhecimento de sobreviventes como vítimas do regime. A autora também mostra que ele representou um primeiro marco nas disputas pela memória acerca do período em um momento imediatamente posterior à abertura. Todavia, o cardeal aparecia como figura central, visto que seu local de poder dentro da sociedade dava mais impacto às denúncias.

Na obra apareciam ainda dados e relatos que apontavam para a presença de corpos de opositores sepultados no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, extremo norte da cidade de São Paulo. Além do mais, as suspeitas sobre o local eram fortalecidas pelo achado de alguns militantes desaparecidos no cemitério no final dos anos 1970.⁷

Os dados fornecidos pelo livro *Brasil: Nunca Mais* tiveram o acréscimo de relatos de funcionários que alegavam a existência de uma vala a mais dentro do cemitério Dom Bosco, que não estava presente nos seus registros e plantas (TELES, 2015). A investigação de grupos de familiares teve, todavia, outros indícios, visto que durante pesquisas do jornalista Caco

⁶ Pensando na retórica do regime, podemos debater os discursos dos militares e o chamado Milagre Econômico no texto de Carlos Fico (2007) *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão* e o artigo de Luiz Carlos Prado e Fábio Earp (2007) *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973)*.

⁷ Tal espaço gerido pelo município, foi inaugurado em 1971 sob a gestão do prefeito Paulo Maluf (1969 – 1971), membro do ARENA e com fortes vínculos com pessoas e órgãos atuantes dentro do regime, o que fomentou algumas suspeitas (TELES, 2015).

Barcelos acerca da repressão policial em São Paulo (BARCELLOS, 1992), chegou-se aos livros tombo do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, nos quais havia registros de óbito marcados com uma letra T maiúscula e vermelha, que seria, segundo suspeitas iniciais, uma identificação para pessoas consideradas terroristas pela polícia. Para além de informações falsas sobre as causas dos assassinatos, havia a descrição de que uma parcela de seus corpos seria destinada ao Cemitério Dom Bosco (GLOBO, 1995)⁸. Com base nessas informações, familiares solicitaram a abertura do local onde seria a vala descrita pelos funcionários, o qual fora autorizado pela prefeitura de São Paulo.

Em um período de descobertas de valas na América do Sul, além do fervor ainda presente da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao se abrir a cova, no dia 4 de setembro de 1990, foram desenterrados aos poucos sacos com as ossadas de 1049 pessoas no cemitério Dom Bosco, dentre as quais havia corpos de moradores de rua ou pessoas não reconhecidas por familiares, vindo a ser sepultadas e exumadas sem identificação (TELES, 2015). Assim como na Argentina e no Chile, a tentativa de esconder corpos de presos políticos em meio a ossadas de pessoas não identificadas era algo realizado pelos órgãos de repressão. Mesmo com as dificuldades em definir inicialmente se havia o corpo de algum desaparecido, a descoberta alimentou esperanças quanto ao paradeiro dessas pessoas, além de dar força às suspeitas e aos relatos com relação à vala, trazendo à tona lutos, dores e conflitos quanto à ausência ou a morte de familiares e conhecidos.

O achado teve imediato impacto na prefeitura de São Paulo, a qual forneceu apoio técnico e logístico para a remoção e traslado de corpos. Isso se dava em parte pela trajetória de Luíza Erundina, bem como com as posturas e ideologias de seu partido, o PT. Nesse caso, sua experiência pessoal com o regime autoritário talvez tenha sido fator de incentivo ao esclarecimento dos crimes e identificação com as vítimas e familiares.⁹ Além do mais,

⁸ A emissora que produziu a matéria de jornal possuía laços com agentes próximos aos militares e para tanto também silenciou quanto ao mérito de perseguições em alguns momentos. De acordo com a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, ao descrever o vídeo publicado, a Rede Globo barrou a exibição da matéria de Caco Barcellos: Vala de Perus, que foi produzida em 1994. A reportagem somente foi ao ar em 1995, após a promulgação da lei 9140/95 que reconhecia os assassinatos políticos cometidos durante o regime autoritário (COMISSÃO, 2013).

⁹ Para efeitos de pensar o momento da descoberta da vala dentro de sua conjuntura, Erundina somente mostra essa relação entre sua experiência pessoal e a descoberta da vala de Perus em momentos posteriores, como no balanço de mandato em 1992 (PREFEITURA, 1992) e em sua entrevista a Linda Bimbi (1996) intitulada *Uma veia de Utopia*. O depoimento dado pela prefeita em 1990 aos jornais tratava do apoio aos movimentos e familiares, mas não explicitava sua relação pessoal, levando-nos a refletir sobre as mudanças na ressignificação de sua memória quanto ao fato em questão em sua narrativa e em como sua identidade com tais grupos e movimentos fora se reconstruindo conforme suas percepções pessoais eram refeitas pelos contatos realizados com outros indivíduos no decorrer do tempo.

naqueles dias, fora instaurada uma Comissão de Investigação na Câmara Municipal de Vereadores, onde foram ouvidos responsáveis pelo Cemitério, órgãos da polícia e familiares.

Como segundo marco nas disputas de memória acerca do regime autoritário brasileiro (TELES, 2015), a vala ainda reavivou tensões e debates entre os familiares (que encabeçavam as tentativas de trazer à tona uma memória que atentasse para os crimes cometidos) e antigos agentes ou sujeitos direta ou indiretamente relacionados ao regime (que defendiam uma narrativa de um passado que amenizasse as repressões e torturas ou mesmo, em outros casos, culpasse as vítimas pelos fatos ocorridos).

Das balas e torturas às palavras e denúncias: impactos e repercussões

Logo com a divulgação da descoberta da vala do Cemitério Dom Bosco, imprensa, membros de partidos de esquerda e movimentos sociais se dirigiram ao local para acompanhar os trabalhos de retirada das ossadas. Como primeira atitude, a prefeita de São Paulo, presente nos trabalhos, deu como declaração:

Esse fato aqui tem importância. No sentido de passar para a opinião pública que pelo menos o governo municipal não vai abrir mão dos resultados desses encaminhamentos. Temos que levá-los às últimas conseqüências, dure o tempo que durar, custe o que custar. Isso que é importante e que nos dá vontade e certeza dos resultados desse esforço que não é só do governo municipal, mas é também da sociedade, dos familiares, das entidades que lutam pelos direitos humanos em nossa cidade e em nosso país. (NÚCLEO, 1990)

O depoimento dado no dia 4 de setembro expunha a relação de Erundina com movimentos de direitos humanos e de familiares e vítimas da ditadura¹⁰. Ao mesmo tempo, em possível crítica ao governo estadual, trazia à tona uma tensão com outras esferas de poder ao afirmar que ao menos sua gestão não negligenciaria a descoberta. Ao evocar a memória de presos políticos, o evento ainda contou com depoimentos de familiares, como uma mãe não identificada que dizia à imprensa:

Eu sinto que nesse momento se reaviva mais as nossas esperanças, porque passamos vinte anos em silêncio. Não sabíamos pra onde apelar, nem mais o que fazer, porque em todos os nossos passos, não se conseguia nada. Então como por milagre surgiu essa chance agora, como uma luz que se acende no final do túnel. (NÚCLEO, 1990)

A fala de mães e de familiares era legitimada em diversos momentos pelo seu laço sanguíneo com os mortos e desaparecidos. Como no caso do grupo das *Mães da Praça de Maio*, a identidade construída por meio da ligação biológica fomentava não apenas os discursos, mas a própria motivação dessas pessoas com relação àqueles que lhes eram

¹⁰ Dentre os grupos que se formaram no final dos anos 1970, podemos citar, nesse caso, movimentos como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) ou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

próximos (AMADO, 2003, p. 139). Como o relato deixa notar, dentro de uma memória tida como oficial por mais de vinte anos (aqui no caso a do regime terminado em 1985), existia uma porção de narrativas omitidas ou reprimidas, que ressurgiam mais uma vez com o momento em questão, contemplando as vozes daqueles que também foram oprimidos e marcados pela dor da ausência e do silenciamento.

As memórias que vinham à tona com o desgaste de uma narrativa articulada pelos militares não podem ser, todavia, vistas como isentas de enquadramentos (POLLAK, 1989). Tzevtan Todorov (2000) nos escreve que a seleção de fatos é um trabalho próprio da memória, visando dar um sentido às narrativas e atender a anseios individuais e coletivos. No caso daqueles que se pronunciavam pelos desaparecidos, a intenção era dar visibilidade às suas dores e denúncias por meio do relato, o que produzia um exercício narrativo que priorizava as experiências pessoais e coletivas contrárias aos militares, legitimando suas críticas.

A fala daqueles que se opuseram ao regime tentava trazer ao público a memória da violência e do martírio daqueles que foram assassinados. Martins Filho (2003) diz que nesses anos a narrativa heroica também foi uma das formas pelas quais a memória dos antigos opositores fora divulgada não apenas por meio de relatos, mas da publicação de livros contando a experiência da resistência, em especial da Luta Armada¹¹. Essas publicações, associadas a produções midiáticas, tinham o objetivo de conscientizar para os crimes do regime e reconhecer as lutas e sofrimentos daqueles que se opuseram ao autoritarismo antes vigente. Quanto a isso, Michael Pollak (1989) expõe que as memórias proibidas, quando emergem, conseguem espaço no cenário cultural, visando provar o abismo existente entre o que seria pregado por um regime e as experiências vividas dentro de uma sociedade.

Por outro lado, em um campo oposto, os militares também faziam seu próprio enquadramento dos fatos e construía suas narrativas. O então Ministro do Exército, Carlos Tinoco Ribeiro, adotara uma postura de silêncio quanto à descoberta, dizendo no dia 8 de setembro a uma reportagem da *Folha de São Paulo* que: “Eu não gostaria de comentar esse assunto, não quero tocar na história do cemitério. Não temos nada a declarar.” (Folha, 08/09/1990, p. 9), o que fora comentado pela imprensa da seguinte forma:

O ministro do Exército, Carlos Tinoco Ribeiro, disse ontem à Folha, de sua casa em Brasília, por telefone, que os militares não pretendem investigar ou mesmo se pronunciar sobre a descoberta de ossadas em uma vala comum do cemitério Dom Bosco, em Perus. (...) (Folha, 08/09/1990, p. 9)

¹¹ O autor cita dentre elas a obra de Fernando Gabeira (1979) *O que é isso companheiro?* Onde o militante descreve sua atuação na Luta Armada. (MARTINS FILHO, 2003, p. 184 – 185).

Os jornais também aderiam aos discursos pró-democracia em um período pós-censura. Observando a conjuntura de desgaste e a comoção gerada pelas denúncias realizadas, setores da imprensa adotavam a fala da defesa da liberdade de expressão, porém isso não significava que estavam isentos da seleção de fatos, favorecendo muitas vezes discursos que pregavam o centrismo e atacando opositores abertamente de esquerda. Naquela matéria, a fala do militar e ministro do governo de Fernando Collor de Melo (1990 – 1992) denotava recuo de setores do Exército Brasileiro em entrarem no mérito da descoberta. Essa postura trazia à tona a tentativa de retirar importância do fato, colocando-o em segundo plano e suprimindo as experiências e memórias de familiares e movimentos que viam com entusiasmo a descoberta da vala. Quanto a isso, Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 11) diz que os militares adotavam um *muro de silêncio* que dificultava a apuração de informações acerca da repressão e das torturas, além de possuírem publicações que circulavam clandestinamente até meados dos anos 1990, justificando o golpe de 1964 e atos posteriores.

Nota-se que após a abertura política, sujeitos vinculados ao regime continuavam aderindo ao silêncio por meio de uma ideia de esquecimento quanto ao que ocorreu. Para tanto, argumentavam que publicações como o *Brasil: Nunca Mais* e memórias transcritas de ex-militantes seriam uma forma de revanchismo que contrariava os princípios de perdão mútuo da Lei de Anistia de 1979, apresentada como uma “batalha das letras” contraposta à visão de que foram “derrotados nas armas” (MARTINS FILHO, 2003, p. 2). Lembrando que a lei fora pensada como uma forma de transição pactuada do regime para a democracia (SILVA, 2003, p. 273), vale ressaltar que ela fora utilizada como instrumento legal para encobrir atos praticados pela repressão, bem como para suprimir fatos.

Tratando desse processo de supressão, não podemos tomar o esquecimento como algo dado, mas sim como um processo complexo do ato da construção da memória (TODOROV, 2000). De acordo com Paul Connerton (2008), ele ocorre por diferentes interesses ou mecanismos muitas vezes não notados pelos sujeitos de uma sociedade. Dentro das definições do autor, poderíamos observar as medidas tomadas pelos militares e pelo governo, ainda próximo a eles, como a tentativa de passar os fatos de um esquecimento repressivo (CONNERTON, 2008, p. 60), onde era proibido relatar crimes de órgãos da ditadura ou rememorar opositores, para um esquecimento prescritivo (CONNERTON, 2008, p. 61), onde um passado recente deveria ser esquecido a fim de unir lados antes opostos, o que não era interesse de ambas as partes (militares e vítimas), esbarrando nas narrativas daqueles que insistiam em denunciar a tortura, os assassinatos e as perseguições.

O ano de 1990 ainda foi época de eleições para o governo do Estado de São Paulo. Afetado pelas críticas de militantes e pela pressão da imprensa, o ex-prefeito e então candidato a governador, Paulo Maluf, também fugia de declarações quanto ao tema, silenciando-se ou se pronunciando por meio de assessores, os quais afirmavam: “Isso é um absurdo. É uma nítida tentativa de explorar o fato politicamente. Só esperamos que os jornais tenham consciência e não deem demasiada importância a esse assunto menor. (...) Não há qualquer envolvimento” (Folha, 21/09/1990, p. 8).

Além do mais, era possível notar a falta de uma declaração oficial do presidente Collor sobre a descoberta e abertura da vala¹². Tal fato também poderia ser tido como representativo das tentativas de arrefecer a memória sobre o regime autoritário, mas nos leva a questionar mais a fundo o nível em que a discussão sobre esses crimes se realizava no período. O presidente talvez não quisesse se indispor com setores das forças armadas, visto que parte dos seus ministros era militar ou possuía alguma relação com estes. Essa atitude contribuía para a falta de uma postura oficial do governo quanto ao regime autoritário e aos crimes denunciados desde 1979. Ao tratar de outro caso de repressão, Elisabeth Anstett (2011) diz que uma memória coletiva pacificada somente pode se construir após o reconhecimento institucional dos crimes cometidos. Tal questionamento da autora nos leva a refletir sobre os fortes conflitos presentes entre os familiares das vítimas, visto que eles estavam desconfiados quanto à atuação de setores do Estado mesmo após a abertura política.

Tentando amenizar o fato, a única resposta veio do Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que dizia que o governo somente iria se pronunciar no caso de provarem a presença de desaparecidos entre os mortos. Por outro lado, lembrando que a imprensa não pode ser vista como algo imparcial, e sim como representante das posturas e vozes de determinados setores (LUCA, 2006), jornais como o *Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* eram formados por sujeitos próximos à elite paulista e realizavam críticas a grupos de esquerda. Em alguns de seus textos, redatores cogitaram que a prefeita Luíza Erundina fazia algum tipo de uso político da Vala, o que remetia ao período de eleições (O Estado, 07/09/1990, p. 19; Folha, 23/09/1990, p. 1), ironicamente corroborando aqueles que levavam o debate sobre tais crimes para um viés eleitoral.

Esse silêncio quanto à descoberta não deixava de gerar comentários inclusive nos jornais, que mostravam algumas das críticas de grupos de vítimas e familiares, os quais

¹² De acordo com Janaína Teles (2015), após pressão dos grupos de familiares, o presidente autorizou a abertura dos arquivos da polícia política (DEOPS). Mesmo assim, não encontramos um pronunciamento oficial do chefe de Estado quanto à descoberta. A Presidência da República somente reconheceu oficialmente os mortos e desaparecidos políticos em 1995, com a promulgação da lei 9140/95.

cobravam lisura do Governo do Estado que, apesar de reconhecer a importância do fato, entrara numa disputa pela responsabilidade das investigações com a prefeitura de São Paulo¹³. O governador Orestes Quécia dizia que o Instituto Médico Legal (IML) deveria ser responsável, apesar da postura de seus médicos e de acusações que apontavam esses funcionários como participantes na ocultação de cadáveres (Folha, 11/09/1990, p. 4). A polêmica se intensificou também pelo pedido de afastamento do diretor do IML, José Antônio de Mello, acusado pelos movimentos de participar na falsificação de laudos. Após a pressão desses grupos, a imprensa noticiou que o governador exonerou o diretor e designaria alguém que não fosse associado aos militares (O Estado, 22/09/1990, p. 18; Folha, 21/09/1990, p. 8).

Após essas repercussões, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) fez um acordo com a prefeitura de São Paulo, vindo a se tornar responsável pelas investigações (INSTITUTO, 2012). Esse fenômeno não era específico do caso aqui abordado, visto que universidades, não apenas no Brasil, mas em outros países da América do Sul, tomavam parte das pesquisas e investigações, como no caso dos historiadores da Universidade de Buenos Aires e arqueólogos da Universidade de Córdoba, os quais realizaram uma série de investigações nos arquivos de órgãos militares, além de trabalharem diretamente com o material encontrado em valas, como no Cemitério San Vicente (OLMO e PUERTO, 2008, p. 5 – 6).

Partindo da ideia da divulgação como forma de evocar a memória violenta do regime (AMADO, 2003, p. 139) e ao mesmo tempo do conhecimento de que havia interesse por parte de alguns grupos em silenciar ou suprimir fatos, surgiu, ainda como reação à descoberta, o receio da destruição de provas e mesmo das ossadas. Tal medo era o que alimentava tensões quanto a quem deveria pertencer a responsabilidade das investigações e vinha ainda do conhecimento de que era comum a modificação ou destruição de indícios como forma de ocultação dos crimes. Em Córdoba, grande parte das ossadas foi destinada a um crematório por autorização de autoridades municipais mesmo após sua descoberta (OLMO e PUERTO, 2008, p. 5). No Chile, em Calama e Chihuahio, os restos mortais encontrados haviam sido mexidos com maquinaria pesada, o que dispersou seus fragmentos e impossibilitou a identificação dos falecidos (SEPÚLVEDA, 2014). A falta de corpos e a impossibilidade do luto geravam outras formas de externalizar a dor de familiares e vítimas sobreviventes, o que não era diferente no caso das vítimas brasileiras.

¹³ Vale ressaltar novamente as tomadas de posição dos meios de comunicação, apesar de cobrirem a repercussão da descoberta da vala. Em meio às disputas entre o Governo do Estado e grupos de familiares e vítimas, o jornal *O Estado de São Paulo* (18/09/1990, p. 20) denominou como invasão a entrada de pessoas nos arquivos do IML, a contragosto de seu diretor José Antonio de Mello.

Como escreve Todorov (2000), a destruição de rastros, provas e corpos seria uma maneira de apropriação da memória, por parte de regimes autoritários. Aqui, tratamos de um momento pós-abertura, mas os sujeitos envolvidos nessas ações possuíam alguma relação com essas ditaduras, conservando muitas vezes as narrativas e posturas do regime anterior quanto à repressão. Seja também por interesses próprios, a destruição de vestígios surgiria como apagamento de provas que legitimavam *memórias negativas* sobre os militares ou que incriminavam parte de seus agentes.

Conforme a Comissão de Investigação caminhava e relatos eram feitos, as suspeitas sobre a vala aumentavam. As empresas que participaram da construção do Cemitério em 1971 alegavam que havia o plano por parte da gestão da época em construir um crematório no local, o qual fora rejeitado pelo fato de possuir estrutura inadequada (TELES, 2015). As investigações levaram a outros cemitérios de São Paulo e fomentaram investigações em outras cidades brasileiras.

Por fim, os relatos da comissão trouxeram as vozes de coveiros e dirigentes funerários que alegavam estranhar que em um cemitério destinado aos moradores de rua, havia uma parcela considerável de ossadas com marca-passos e dentes de ouro ou platina (TELES, 2015). Todavia, o muro de silêncio definido por Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 11) se impunha em relatos de militares que omitiam a participação pessoal ou de seus subordinados na ocultação de corpos no cemitério Dom Bosco, o que era contrariado por familiares.

Não tratamos aqui de uma memória coletiva em nível regional ou nacional, mas de uma parcela da população que possuía alguma relação com as vítimas da ditadura. Como não podemos deixar de lembrar a existência de diferentes relatos dentro de um grupo, e das relações entre a identidade pessoal e a coletiva, as vozes dos familiares devem ser entendidas como algo formulado não apenas pelas suas experiências pessoais, mas também por meio de suas relações com os demais indivíduos, sejam eles próximos ou opostos a essas pessoas, assim como parcela também das identidades que se formavam entre essas pessoas.

A narrativa que antes pertencia ao regime agora era reivindicada pelas pessoas que, mesmo afastadas diretamente do poder, ainda possuíam alguns dos seus nos meios políticos. Agora sob o tom da supressão e da reconciliação, as posturas desses sujeitos e do governo descontentavam aqueles que se identificavam com as vítimas. Com toda a comoção, a Vala fora ressignificada enquanto local de lembranças e denúncias, vindo a se tornar local de peregrinação de familiares de desaparecidos, vítimas e militantes de movimentos sociais, o que observaremos mais detidamente a seguir.

Reconstruindo e ressignificando: a memória no local



Imagem 1: Foto de Missa em intenção das vítimas da ditadura (Arquivo Italo Cardoso, 1990. In: Instituto Macuco, 2012, p. 148)

Com a materialidade conferida pelos relatos e a identificação dos primeiros militantes dentre as ossadas, a vala aberta serviu de local para atos políticos e religiosos. O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns passara a celebrar missas diante dela em datas como a morte de Vladimir Herzog (25 de outubro) ou o Dia de Finados (no Brasil, em 2 de novembro). Faixas postas por familiares diziam: “Não Matarás, Nunca Mais”, além de conterem fotografias de desaparecidos (CARDOSO, 2012). Grupos de ex-opositores e famílias de vítimas também utilizavam o espaço como forma de evocar a narrativa que apontava para a repressão, demarcando um local de memória onde periodicamente realizavam manifestações ou colocavam faixas e cartazes com a finalidade de chamar a atenção para suas denúncias.

No caso das prisões, o portal do antigo presídio Tiradentes, demolido em 1972, já havia sido transformado nos anos 1980 em uma espécie de monumento (TELES, 2015), tornando-se parte de uma memória indiciária sobre a tortura a partir dos resquícios daquilo que ali existia anteriormente. Mesmo com a destruição de uma edificação, resquícios de sua presença ainda vêm à tona por meio de restos materiais do prédio ou mesmo de nomes atribuídos ao local que permaneceram na memória coletiva daqueles que conviviam com o espaço (HALBWACHS, 1990). O local tornou-se ponto de lembrança para familiares e ex-opositores, onde atos públicos eram realizados em datas como 31 de março (agora chamado de golpe), baseados na ideia de lembrar para não se repetir, ou dias de falecimento de vítimas, que ali foram presas.

Observando esse caso, bem como a significação atribuída à vala e a periodicidade de alguns eventos, levantamos duas observações pertinentes. Primeiramente, ao evocar a memória das vítimas, tanto na vala, como no portal do antigo presídio, os familiares externalizavam seu luto quanto aos ainda não encontrados por meio da criação ou ressignificação de locais de memória para lembrar seus mortos e denunciar os crimes cometidos contra eles. Tais espaços passaram a representar a repressão e dariam concretude aos atos e às lembranças daqueles que se tornaram vítimas direta ou indiretas do regime. Quanto a essa questão, de acordo com Pierre Nora (1993, p. 13), os lugares de memória existem pela falta da espontaneidade da lembrança, como algo deixado para o futuro para que também não se esqueça daquilo que é evocado.

Em segundo lugar, contrapondo-se à criação de datas comemorativas pelo regime autoritário (o qual evocava o golpe de 1964 no dia 31 de março e definia-o como revolução, numa batalha linguística, mas também política, contra seus opositores), os familiares e militantes tentavam criar datas e ressignificar aquelas instrumentalizadas positivamente pelos militares dentro do calendário nacional. Eles visavam ao fortalecimento de um sentimento nacionalista dentro da sociedade e ressaltavam sua luta contra o comunismo, na tentativa de se criar uma agenda positiva para o regime na cultura da memória na sociedade. Bernd Faulenbach (2010, p. 39) define o conceito *cultura da memória* como sendo o tratamento desta no espaço público, articulando o passado ao presente de forma que aquele ganhe relevância para este, incluindo um conjunto de celebrações, fatos e datas que seriam lembrados e mesmo ritualizados por uma sociedade ou grupo.

Ao pensarmos nas peregrinações, missas e atos políticos realizados desde a abertura política em determinados dias, bem como na tentativa de associá-los a determinados lugares, remetemos a uma ritualização grupal quanto ao luto ou a impossibilidade deste, por tentar chamar a atenção para aqueles que nunca mais voltaram. A memória que tentavam trazer à tona era negativa e dolorosa, contraposta àquela defendida pelo regime civil-militar entre 1964 e 1985, a qual era antes instrumentalizada pelos militares, que definiam a chamada Revolução de 1964 como um combate ao comunismo, que ainda estaria presente na sociedade brasileira do momento, de acordo com o ponto de vista dos militares, e por isso mesmo precisaria ser erradicado/exterminado pelo risco social e político que significava para o regime militar.

Esse ato de monumentalizar espaços e ressignificar prédios antes destinados à repressão também fora realizado em outros casos. Na tentativa de chamar a atenção para o luto e para os crimes cometidos, surgiam, nesses países, locais de memória que tinham por

finalidade trazer ao presente as experiências vividas naqueles espaços. Na Argentina, as Mães da Praça de Maio tornaram o espaço que lhes deu nome como um símbolo de suas reivindicações, além da localização e demarcação de locais de tortura, como a *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), onde faixas e protestos já eram realizados após a abertura, levando o local a se tornar de interesse público pelo governo em 2004 (SELIGMAN-SILVA, 2006, p. 177). No Chile, ao lado da vala de Piságua, um altar foi construído e um mausoléu foi inaugurado no cemitério local com a finalidade de abrigar os restos mortais dos 21 opositores (KREFT et al, 2011, p. 62).

Mesmo com a tentativa de monumentalizar resquícios físicos da repressão, fatos geravam apreensão, como a depredação de monumentos em outras cidades brasileiras por parte de antigos defensores dos militares. Naqueles anos, a placa de bronze sob o arco do antigo presídio Tiradentes foi roubada, levantando suspeitas, mas tendo a responsabilidade atribuída ao fato de ter valor financeiro considerável por ser feita de cobre (TELES, 2015).

Essas tensões marcavam os debates em torno da monumentalização da repressão e geravam conflitos de vozes. A prefeitura de São Paulo, no final de 1991, decidiu autorizar a construção de um monumento sobre a vala. Para tanto, chamaram o arquiteto Ruy Ohtake para a construção de um muro curvo atravessando a vala que seria coberta por um gramado a menos de um metro do solo, onde se poderia plantar flores (TELES, 2015). O espaço antes esquecido do cemitério passou a ser representado como um túmulo simbólico para mortos e desaparecidos não apenas de São Paulo, mas de outras partes do Brasil.

No muro, fora escrita uma frase de autoria conjunta da prefeita Luíza Erundina com os grupos de familiares de vítimas:



Imagem 2: Foto do Monumento em homenagem às vítimas da ditadura (DARACA, 1992 In: Instituto Macuco, 2012, p. 156)

Mais uma vez, a narrativa dos familiares se contrapunha às supressões do regime anterior. A frase expunha os objetivos do monumento: denunciar os crimes dos militares e, ao mesmo tempo, exaltar uma perspectiva negativa acerca do período compreendido entre 1964 e 1985. Junto aos corpos de militantes recém-descobertos, os demais mortos ali sepultados ganharam *status* de vítima, dentro da retórica da então prefeita, a qual se identificava com a população mais pobre e denunciava o descuido do regime com relação aos trabalhadores e aos moradores de rua da cidade de São Paulo.

Com o findar de seu mandato, sua assessoria publicou uma revista na qual dedicava uma seção à vala, observada como marco da Prefeitura Erundina. No documento é dito pelo grupo gestor que:

Com o apoio e a coragem de Erundina, foi assinado um convênio com o Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, permitindo a realização desse trabalho e resultando na identificação de Denis Casemiro, Antonio Carlos Bicalho Lana e Sonia Maria de Moraes Angel Lopes, que tiveram, junto com outros desaparecidos políticos, seus nomes colocados em ruas da capital. (...) A denúncia da vala forçou ainda a abertura dos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em vários estados brasileiros, sempre com o intuito de manter vivo na memória os acontecimentos mais marcantes do período da ditadura. (PREFEITURA, dezembro de 1992, p. 40)

Além do que já foi mencionado, a troca dos nomes de ruas que antes homenageavam militares foi uma ferramenta que enquadrava a memória da ditadura nas vítimas, retirando homenagens heroicas a sujeitos associados ao regime autoritário. Apresentada como porta-voz dos familiares, a prefeitura passou a dar centralidade às suas políticas quanto ao passado recente, o que se inseria em sua retórica de denunciar e manter vivos na memória coletiva tais acontecimentos. Com a vitória de Paulo Maluf para a prefeitura de São Paulo em 1992, o espaço deixou de ganhar atenção dos órgãos públicos, mas ainda atraía a visita de familiares e movimentos sociais. Mesmo assim, as pesquisas conseguiram identificar um total de seis militantes dentre as ossadas da vala, o que legitimou as denúncias acerca do local. Os rituais e celebrações em memória de vítimas continuaram sendo realizadas e os trabalhos de identificação ainda prosseguem, passando da UNICAMP para a USP e depois para a UNIFESP, chegando a ganhar destaque ao serem depositadas no ossário geral no Cemitério do Araçá, localizado em área central da cidade e tendo a frase do Monumento de Perus colocada em uma placa ao lado do mausoléu (SMDHC-SP, 2016).

Considerações Finais

Os debates e conflitos em torno da descoberta da Vala, e das suspeitas e confirmações em torno daquele espaço, se localizam em um período da história da memória da ditadura no

qual havia a efervescência de narrativas e relatos de familiares e sobreviventes. Também se situa em uma época de desgaste de regimes autoritários em toda a América do Sul, cada qual dentro de suas especificidades. Dentro desses conflitos, o achado em si fermentou os debates e deu fôlego àqueles que pretendiam enquadrar a narrativa na denúncia aos militares e na exposição de experiências negativas acerca da ditadura.

Os conflitos de palavras, conforme Martins Filho (2003), não se restringiram à vala, mas vinham desde o processo de abertura e a possibilidade de opositores exporem publicamente suas experiências. Mesmo assim, como nos mostra Janaína Teles (2015), essa descoberta foi representativa por se tornar o segundo marco nas memórias acerca do regime após a abertura política. Auxiliado e encabeçado por familiares, o fato fora também desdobramento das pesquisas do livro *Brasil: Nunca Mais* e de investigações avulsas a respeito desses e de outros indivíduos.

Em um período de silêncio dos líderes militares e agentes do governo federal, o esquecimento prescritivo (CONNERTON, 2008, p. 61) não era seguido por outros que clandestinamente produziam e veiculavam versões próprias sobre os fatos, defendendo os militares e sua atuação. Mesmo assim, o momento de crise da imagem do regime possibilitou a ascensão de vozes e memórias de pessoas antes reprimidas (POLLAK, 1989), que visavam ressignificar e refazer as narrativas oficiais sobre a ditadura. Como toda memória pressupõe um trabalho de articulação de experiências e a supressão daquelas que fogem à linha de uma narrativa específica (TODOROV, 2000), tanto os familiares quanto os militares e pessoas próximas reavivaram suas experiências a fim de narrar e enquadrar à sua maneira os fatos ocorridos entre 1964 e 1985, seja atentando para datas e fatos que exaltavam, quanto para aqueles que traziam um ponto de vista negativo sobre o período em questão.

Nesse conflito de interesses (suprimir e denunciar) a ressignificação de datas e espaços acabou sendo posta em prática por familiares, os quais tentavam fortalecer uma consciência coletiva acerca das denúncias realizadas. Por outro lado, enquanto uns silenciavam, outros cometiam atentados contra monumentos. No caso da Vala, o monumento erigido sobre aquele espaço se tornou local de celebrações religiosas em nome dos desaparecidos e dos demais mortos sepultados no local. Talvez devido à sua distância do centro da cidade, sua visibilidade tenha sido reduzida dentro dos lugares de memória da ditadura. Porém, concluído no final da gestão de Luíza Erundina, o muro-altar não teve a atenção devida das gestões que a sucederam (Paulo Maluf e Celso Pitta), sendo utilizado e mantido pelas famílias e movimentos sociais que se reuniam naquele local no aniversário da descoberta ou na data de falecimento de algum militante.

De toda forma, no Brasil ou em outro país sul-americano, bem como em outras partes do mundo, o monumento possui sua intencionalidade e também está nas mãos do Estado, o qual pode cuidar dele, abandoná-lo ou em casos mais extremos destruí-lo. As disputas de memórias afetam, nesse caso e em outros, não apenas o debate e os sujeitos envolvidos, mas também os locais e as documentações que entram em conflito ou concordância com uma narrativa ou outra. Apenas posteriormente, seguindo a proposta de museus que se utilizaram de locais da memória, como o caso da ESMA em Buenos Aires, fora instalado em São Paulo, na sede do antigo DEOPS, o *Memorial da Resistência*, atribuindo um novo significado a um lugar de tortura e repressão. Além do mais, em outro campo de possibilidades, fora realizada a construção de um monumento com o nome de todas as vítimas reconhecidas em frente à sede do DOI-CODI de São Paulo e de uma estátua em homenagem a Vladimir Herzog no jardim da Câmara Municipal.

De qualquer forma, devemos localizar historicamente todos esses debates, a fim de analisar a fundo como determinados enquadramentos da memória são apropriados dentro de um grupo ou sociedade, além de atentar para lembranças dissonantes que possam vir a surgir depois de terem ficado subterrâneas por um tempo considerável. A forma como nomes e fatos eram ou são lembrados não remete necessariamente ao que foram ou deixaram de ser, mas a uma projeção do presente que os reenquadra e ressignifica dentro de interesses e necessidades específicas em um período também delimitável, sendo sempre atualizado e novamente modelado. Mesmo assim, devemos lembrar que a dor familiar persiste enquanto aqueles que tiveram contato com algum morto ou desaparecido respiram. O que muda são as estratégias discursivas, apesar da ferida ainda estar aberta.

Fontes:

Bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais* [Brasil: Nunca más]. São Paulo: Editorial Vozes de Bolso, 2011.

BARCELLOS, Caco; KALILI, Narciso. *Rota 66*. São Paulo: Editora Globo, 1992.

INSTITUTO Macuco. *Vala Clandestina de Perus*. Desaparecidos Políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

Fotografias.

ARQUIVO Ítalo Cardoso. Foto de Missa em intenção das vítimas da ditadura, 1990. In:

INSTITUTO Macuco. Op Cit, 2012. Fotografia em Preto e Branco. P. 148.

DARACA. Fotografia de Monumento às Vítimas da Ditadura, 1992. In: INSTITUTO Macuco. Op Cit, 2012. Fotografia em Preto e Branco. P. 156.

Jornais

ESTADO de São Paulo, 07/09/1990; 18/09/1990; 22/09/1990 Acervo Online: <http://acervo.estadao.com.br/>

FOLHA de São Paulo, 08/09/1990; 11/09/1990; 21/09/1990; 23/09/1990. Acervo Online: <http://acervo.folha.uol.com.br/>

Vídeos e Reportagens Jornalísticas

GLOBO. *Descoberta da Vala de Perus. Setembro de 1990*. Núcleo de Preservação da Memória Política. Duração 6:20. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFCOr5QbxcE&t=3s> . Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

GLOBO. *Globo Repórter: Vala Clandestina de Perus. 1995*. Comissão Estadual da Verdade (São Paulo). Duração 49:37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>. Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

SECRETARIA Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC-SP). *Grupo de Trabalho Perus. Junho de 2016*. Duração 3:37. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPDcwGKyGI4>. Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

Documentos Oficiais

BRASIL. *Lei nº 9140 de 04 de Dezembro de 1995*. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104145/lei-9140-95>. Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

PREFEITURA de São Paulo. *São Paulo para Todos*. Dezembro de 1992. Coleção Mandatos do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Bibliografia

AMADO, Ana. Herencias. Generaciones y duelo en las políticas de la memoria. *Revista iberoamericana* v. 69, n. 202, p. 137-153, 2003.

ANSTETT, Elisabeth. Memory of Political Repression in post-Soviet Russia : the example of the Gulag, *Online Encyclopedia of Mass Violence*, 13 September 2011, http://www.massviolence.org/PdfVersion?id_article=562. Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

ARAÚJO, Ana Beatriz; FERREIRA, Marrielle (2015) Mobilização Católica e a Proteção aos Direitos Humanos na América do Sul: as ditaduras e a redemocratização no Brasil, Argentina e Chile. *Florestan*, Ano 2, Edição Especial 1, São Carlos: UFSCAR, 2015.

BIMBI, Linda. *Uma veia de utopia: a trajetória de Luiza Erundina de Sousa*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory studies*, v. 1, n. 1, p. 59-71, 2008.

CRENZEL, Emilio. Cartas a Videla: una exploración sobre el miedo, el terror y la memoria. *Telar: Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos*, v. 2, n. 2, p. 41-57, 2005.

FAULENBACH, Bernd. La cultura de la Memoria en Alemania. *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*, p. 23-36, 2010.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167 – 206.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. trad. Laís teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.

KREFT, Francisca Garretón; LE SAUX, Marianne González; LAUZÁN, Silvana. *Políticas públicas de verdad y memoria en 7 países de América Latina (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay)*. Santiago de Chile: Centro de Derechos Humanos. Universidad de Chile. Marzo, 2011.

LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil*, volume 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 411 – 438.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos impressos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MADARIAGA, Carlos; BRINKMANN, Beatriz. *Del Cuerpo y sus sucesivas muertes: Identidad y retraumatización. Particularidades del proceso de exhumaciones vivido en Chile*. Santiago de Chile: CINTRAS, Serie Monografías, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, v. 28, p. 178-201, 2002.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 34, 1992.

MONIZ, Luiz Alberto Dias de Vianna et al. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 132, p. 157-165, 2012.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, v. 10, n. 1, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

OLMO, Darío; PUERTO, Mercedes Salado. Una fosa común en el interior de Argentina: el Cementerio de San Vicente. *Revista del Museo de Antropología*, v. 1, p. 3-12, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p. 103 – 130.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207 – 242.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. Scritta, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A construção da memória do terror na Argentina. *Revista USP*, n. 70, p. 176-179, 2006.

SEPÚLVEDA, Romané Landaeta. Itinerário da ausência. A cova clandestina, Piságua, 1973-1990. *Mouseion*, n. 18, p. p. 13-33, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243 – 282.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão: Locais de Recordação e memória social na cidade de São Paulo. *Lua Nova*, n. 96, 2015.

TODOROV, Tzevtan. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ZHURZHENKO, Tatiana. Heroes into Victims. The Second World War in Post-Soviet Memory Politics, *Eurozine*, 31/10.2012, Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2012-10-31-zhurzhenko-en.html>. Último acesso em 01 de dezembro de 2017.

Recebido em: 01/09/2017

Aprovado em: 26/011/2017